

Dinâmica, diversidade e fragilidade na rede urbana da Região Nordeste, Brasil

Dynamics, diversity and fragility in the urban network of the Northeast Region, Brazil

 **Leonardo Rodrigues Porto**

Programa de pós-graduação em Economia Regional e Políticas Públicas; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Brasil
lrporto@uesc.br

 **Humberto Miranda**

Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil
humblmn@unicamp.br

Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales

núm. 31, e0097 2025

Universidad Nacional del Litoral, Argentina

ISSN: 1669-3299

ISSN-E: 2314-0208

Periodicidad: Semestral

revistapampa@unl.edu.ar

Recepción: 07 diciembre 2024

Aprobación: 28 mayo 2025

DOI: <https://doi.org/10.14409/pampa.2025.31.e0097>

URL: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/583/5835373006/>

Resumo: Este artigo visa discutir a distribuição espacial da economia do Nordeste do Brasil, segundo suas redes de cidades. Com base na hierarquia urbana definida na pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), tomou-se a classificação dos municípios e a divisão das áreas de influência das três metrópoles nordestinas – Fortaleza, Recife e Salvador – como recortes da área investigada. Em seguida, analisou-se de forma descritiva os dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios para o período 2002-2020. Verificou-se a abrangência do crescimento regional dos Serviços, influenciado pelo crescimento via inclusão social e do consumo de massa, desde o início do século XXI. Conclui-se que o desempenho socioeconômico da região se relacionou com a maior expansão do consumo no período, mas se limitou pela real capacidade do setor terciário de atender às necessidades da população e de absorver sua mão-de-obra, fragilizando o papel econômico de suas redes de cidades.

Palavras-chave: Cidades, Desenvolvimento regional, Hierarquia urbana, PIB, Urbanização.

Abstract: This article aims to discuss the spatial distribution of the economy of Northeastern Brazil within its city networks. Based on the urban hierarchy defined in the Regions of Influence of Cities research, the classification of municipalities and the division of the areas influenced by the three northeastern metropolises – Fortaleza, Recife and Salvador – were used as the framework for analysis. The Gross Domestic Product (GDP) data of the Municipalities for the period 2002-2020 were analyzed descriptively. The scope of the regional growth of Services was assessed, showing influence from the growth pattern via social inclusion and mass consumption, a phenomenon that occurred at the beginning of the 21st century. Thus, the socioeconomic performance of the region is related to the expansion of consumption, limited by the capacity of the tertiary sector to meet the needs of the population and absorb its labor force, given the limits of this growth model.

Keywords: *Cities, Regional development, Urban hierarchy, GDP, Urbanization.*

1. Introdução

A forma como a atividade econômica está espacialmente distribuída, bem como o ritmo e o sentido do processo de urbanização são componentes relevantes da dinâmica urbano-regional de um determinado país ou região (Macedo, 2023). Revelar a dinâmica urbano-regional é uma maneira de se compreender o modo pelo qual as relações econômicas influenciam o arranjo espacial da sociedade, em períodos de longa duração.

Por sua vez, a falta de integração interna tem sido uma característica das economias latino-americanas ao longo de diferentes períodos históricos, deixando como resultado um elevado grau de fragmentação do espaço nacional e metropolitano (Santos, 1981). Dessa maneira, é possível identificar áreas com maior adensamento econômico e demográfico e outras com estruturas mais dispersas (Schweitzer & Petrocelli, 2023; Svampa, 2022; Cano, 2011b). Nas últimas décadas, por exemplo, o Brasil verificou tanto o fortalecimento das tradicionais hierarquias exercidas por suas metrópoles como o aumento e maior crescimento das cidades intermediárias (IBGE, 2020). Esse movimento tanto permitiu consolidar os arranjos urbano-regionais (Moura, 2016) como possibilitou emergir novos arranjos urbanos intermediários (Miranda & Gomes Jr., 2017).

Neste contexto, busca-se entender como os rumos recentes do desenvolvimento latino-americano têm influenciado o desempenho das diferentes regiões e entre os diversos níveis de hierarquia dos centros urbanos, embora com variados ritmos e intensidades (Schweitzer & Petrocelli, 2023; Svampa, 2022). Isso se dá especialmente num momento em que o padrão de crescimento se tornou intensivo em recursos naturais e produz efeitos problemáticos sobre populações e territórios ao incentivar a especialização em algumas exportações agrícolas e minerais (Macedo, 2023).

Fiori (2020, p. 21) referiu-se a esse padrão de crescimento no Brasil como uma “economia exportadora de alta intensidade”, o que, segundo o autor, reforça a condição originária da América do Sul como periferia “primário-exportadora” da economia mundial. Os rebatimentos espaciais dessa condição tenderiam a se acentuar durante a chamada “transição energética”, haja vista a grande disponibilidade de minerais estratégicos na América do Sul, o que contribui para acelerar o ritmo da urbanização periférica nas áreas de expansão da fronteira agromineral.

Ademais, esses rebatimentos geraram efeitos sobre uma dinâmica econômica urbano-regional que ainda se defronta com uma herança de forte heterogeneidade (baixa diversificação, baixa produtividade,

altos índices de desigualdade e alta especialização produtiva), como é o caso da região Nordeste do Brasil. Com efeito, em que pese o melhor desempenho econômico desta região neste início de século, houve pouca mudança em relação a sua heterogeneidade estrutural que a caracteriza ao longo do tempo (Oliveira *et al.*, 2020).

Com alguma frequência, os estudos urbanos e regionais do Brasil passaram a considerar que uma das possíveis causas da dificuldade de reversão desse quadro de heterogeneidades é a fragilidade das cidades do Nordeste (Silva Filho *et al.*, 2020), devido, em tese, a como estas cidades se posicionam na rede urbana, na forma como acolhem/expulsam os fluxos populacionais e na sua baixa absorção de força de trabalho. É, contudo, na porção semiárida da região Nordeste^[1] onde se evidenciam mais diretamente a necessidade de transferências governamentais para combater tais heterogeneidades e reduzir disparidades regionais, índices de pobreza e impactos sociais durante os períodos de maior estiagem.

Recentemente, as relações estabelecidas entre o setor público e a dinâmica urbano-regional (Porto, 2022) têm encontrado nas cidades médias uma maior oferta de serviços, o que as faz terem uma área de influência de maior relevância (Bezerra, 2020). Não obstante, ao ampliar a escala de análise para além do semiárido, contemplando toda a rede urbana nordestina, pode-se verificar a ocorrência de diferenças intrarregionais importantes, cujas determinações configuram novas áreas de influência de cidades em níveis de hierarquia, dinâmica, diversidade e disparidades internas que deveriam ser bem observadas e diagnosticadas.

Nesse sentido, verificar como a atividade econômica na rede urbana nordestina se distribui é de fundamental importância para determinar como se dá a coexistência entre áreas que são dinamizadas ou impactadas pela especialização produtiva, em especial, pelo agronegócio de grãos, pela fruticultura, pela extração de minérios, de outra que são impactadas pelos investimentos em infraestrutura, pela indústria, pelo turismo. A ocorrência de diferentes temporalidades em cada um desses subespaços, dada a natureza de cada uma dessas atividades, visa revelar o grau de heterogeneidades existente atualmente.

De acordo com o exposto, o objetivo deste texto é discutir a distribuição da atividade econômica na região Nordeste, segundo as suas redes de cidades, a fim de refletir sobre os condicionantes internos à dinâmica urbano-regional desta região e do país, frente ao quadro de mudanças deste início de século.

2. Visão analítica da região Nordeste e sua rede urbana: procedimentos

Nesta seção, apresenta-se um quadro analítico descritivo da rede urbana da região Nordeste do Brasil. Em primeiro lugar, repartiu-se os municípios da região Nordeste segundo a sua posição na rede de cidades, definida por meio do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), do ano de 2018 (IBGE, 2020), o que permitiu identificar a hierarquia urbana e sua distribuição pelo território (Figura 1). Em seguida, adotou-se as regiões ampliadas, definidas e divulgadas pelo IBGE, para caracterizar as áreas de influência das três metrópoles nordestinas – Fortaleza, Recife e Salvador –, para delimitar a área analisada na região Nordeste e para examinar as distintas dinâmicas urbano-regionais.

Desse modo, reuniu-se os elementos básicos necessários para caracterizar uma divisão urbano-regional (IBGE, 2021) capaz de captar as diferentes influências e dinâmicas verificadas em áreas metropolitanas e em áreas não-metropolitanas do território do Nordeste, o que possibilita analisar as suas determinações quanto aos níveis de hierarquia, diversidade e disparidades internas.

Analisa-se, também, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, para o período 2002-2020, fornecidos pelo IBGE, levando-se em consideração:

- a) distribuição da atividade econômica segundo a hierarquia entre as cidades e as regiões ampliadas;
- b) distribuição espacial do PIB *per capita*;
- c) papel dos serviços da administração pública, do comércio e demais serviços na dinâmica socioeconômica de distintas áreas do Nordeste;
- d) dimensão que a principal atividade econômica municipal tem sobre essas respectivas dinâmicas.

Para a análise dos dados no âmbito das redes de cidades, adotou-se a classificação dos municípios pelos níveis de centralidade apresentados na REGIC-2018, agrupados da seguinte maneira: Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais. Os dados foram tabulados e organizados de forma a evidenciar a estrutura produtiva regional dentro da hierarquia urbana. Além disso, os dados foram espacializados e apresentados por meio de mapas preparados em *softwares* de geoprocessamento.

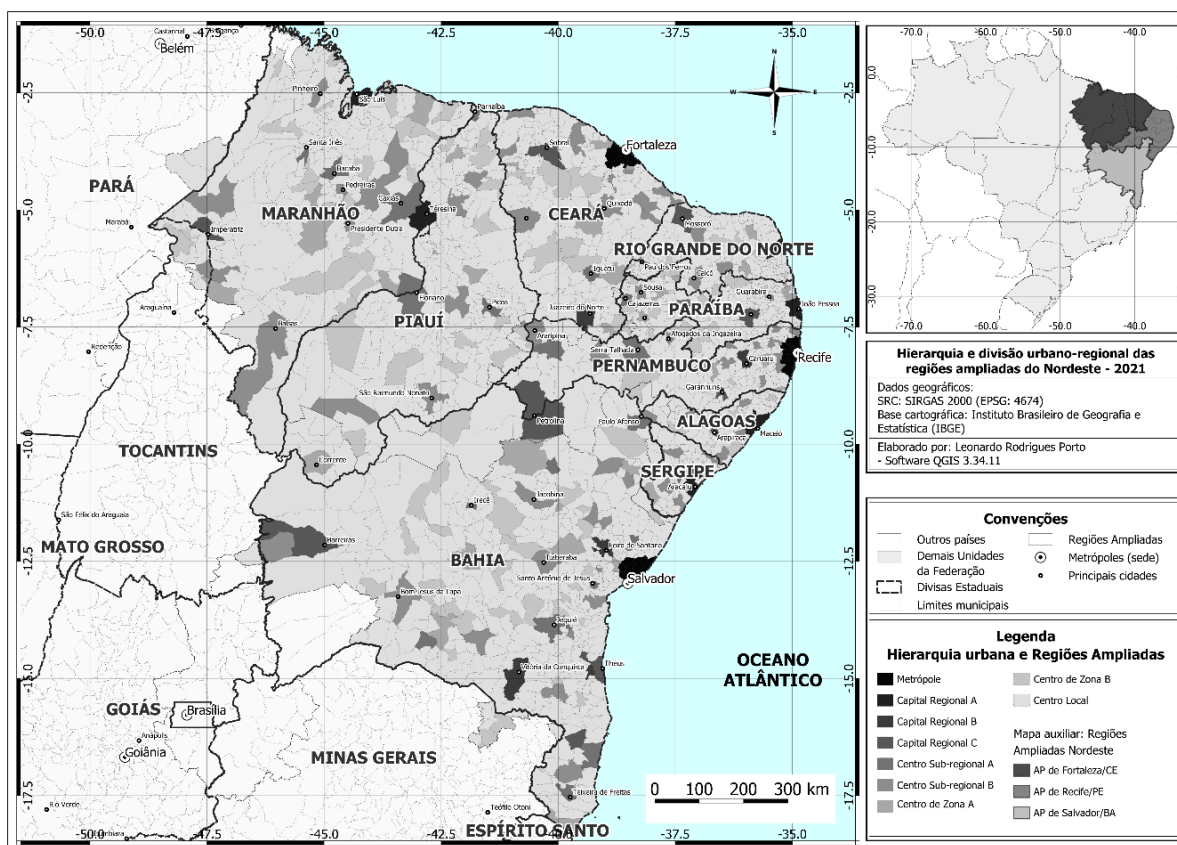


Figura 1
Delimitação da área de estudo e configuração da rede urbana do Nordeste
IBGE, REGIC-2018; Divisão urbano-regional do Brasil, 2021.

Com esse conjunto de procedimentos, obteve-se uma visão analítica da região e de suas relações espaciais internas com base na configuração de sua rede urbana. Assume-se, portanto, que a rede de cidades do Nordeste guarda profundas relações com o movimento mais geral das transformações vivenciadas pela economia e a sociedade em diversos níveis de determinação neste início de século.

3. Análise da hierarquia urbano-regional da região Nordeste

As maiores metrópoles nordestinas constituem as três maiores aglomerações urbanas da região (Fortaleza, Recife e Salvador). Nesta seção, busca-se, através da análise dos dados, revelar a mudança de participação relativa na economia das áreas de influência destas três aglomerações urbanas. De acordo com a Tabela 1, a Região Ampliada (RA) de Fortaleza elevou, em termos relativos, a sua posição na rede urbana, enquanto as RAs de Salvador e de Recife apresentaram recuos, considerando os indicadores econômicos utilizados por

atividade. Com efeito, a RA Fortaleza foi influenciada pelo bom desempenho do setor primário, movido pela expansão do agronegócio nas áreas de cerrado do Maranhão e do Piauí.

Se, por um lado, é o tamanho de cada uma dessas áreas que chama a atenção — com a RA Recife respondendo por 762 municípios, a RA Fortaleza por 631 e a RA Salvador com 422 —, por outro lado, é a mudança na configuração socioeconômica de cada uma que se verifica, com grande redução da concentração da atividade industrial na RA Recife no período analisado, o que também ocorreu nos demais grandes setores.

Quando se considera a distribuição dos Serviços e, separadamente, das atividades da administração pública (APU), verifica-se que as RA de Fortaleza e de Recife, que são mais populosas, extensas e com maior número de cidades, respondem pela maior distribuição de todo o setor terciário regional, mostrando uma importante dependência regional do crescimento desses dois setores.

Na Tabela 1, observa-se também a contribuição de cada nível hierárquico das redes de cidades do Nordeste no Valor Adicionado Bruto (VAB) da região, em que se percebe a maior contribuição das Metrôpoles naquelas atividades que são tipicamente urbanas, isto é, a Indústria e os Serviços. Entretanto, constata-se que houve leve desconcentração dessas atividades econômicas, entre os anos de 2002 e 2020, o que indica uma tendência dessas metrôpoles em alterar pouco seus desempenhos.

Tabela 1

Valor Adicionado Bruto total e por setores de atividade econômica, segundo os níveis de centralidade da rede urbana do Nordeste e por regiões ampliadas, 2002 e 2020

Níveis de centralidade e regiões ampliadas	2002					2020				
	I	II	III	IV	Total	I	II	III	IV	Total
RA Fortaleza	25,9	23,9	28,2	28,9	27,2	33,2	26,8	31,1	32,5	30,9
RA Recife	39,9	45,7	42,3	47,7	44,1	37,4	40,5	41,4	44,7	41,7
RA Salvador	34,2	30,4	29,5	23,4	28,7	29,4	32,6	27,4	22,8	27,4
Rede urbana do Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Metrópoles	2,0	39,1	42,1	19,4	32,1	1,7	36,2	35,4	18,2	28,1
Capitais Regionais	8,7	27,9	30,4	20,6	25,3	7,9	25,0	30,8	21,3	25,2
Centros Sub-regionais	11,9	11,1	10,3	11,2	10,9	12,3	12,6	12,6	11,8	12,3
Centros de Zona	10,8	4,5	3,8	7,7	5,6	8,7	7,9	4,9	8,1	6,6
Centros Locais	66,6	17,3	13,4	41,0	26,1	69,4	18,3	16,4	40,7	27,8

IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios. Legenda: I – Agropecuária; II – Indústria; III – Serviços, sem a Administração Pública; IV – Administração Pública.

Contudo, no nível imediatamente inferior da hierarquia urbana, onde estão situadas as Capitais Regionais, representadas pelas demais capitais estaduais e pelas principais cidades do interior do Nordeste, subordinadas diretamente às Metrôpoles, o desempenho econômico se deu também sem maiores modificações. A desconcentração da atividade verificada nas Metrôpoles só se deu junto aos núcleos de mais baixa hierarquia nas redes de cidades da região, embora tenha sido muito pequena, com relativa estabilidade na participação dos grupos de cidades.

Já entre os Centros Sub-regionais, por exemplo, seu VAB total representava 12,3% no ano de 2020, com ganho de 1,5 p.p. em relação ao ano de 2002. Em seguida, aparecem os Centros de Zona, com um VAB total equivalente a 6,6% da produção regional, no ano de 2020, aumentando a sua participação em relação ao ano de 2002. A partir desse nível dos centros urbanos, revela-se uma maior vocação setorial para a Agropecuária em relação aos níveis superiores.

Por fim, estão os demais municípios pertencentes ao grupo dos Centros Locais, onde o nível de atividade econômica dos pequenos centros urbanos expressa uma produtividade local muito baixa, com enormes desafios em termos das desigualdades regionais internas. Notadamente, devido ao grande número e diversidade, os Centros Locais requerem uma ampliação da análise sobre as suas

diferenciações espaciais internas, o que não será feito neste texto por falta de espaço.

Não obstante, fica claro que, nesse nível da hierarquia urbano-regional, é possível encontrar tanto os núcleos urbanos cujos municípios apresentam agropecuária dinâmica e exportadora, como aqueles mais vinculados à agricultura tradicional e/ou de subsistência. Em 2020, a participação do setor agropecuário dos Centros Locais no VAB regional foi de 69,4%, revelando que ali se encontra parcela relevante do dinamismo oriundo das atividades primárias na região. Ainda conforme a contribuição dos Centros Locais à produção regional, a administração pública (APU) representou 40,7% do VAB setorial, em 2020, muito em função da quantidade de municípios pertencentes a este grupo e mantendo a sua participação com relação ao início da série.

A APU é uma das principais responsáveis pela geração interna de valor entre as cidades situadas nos níveis mais baixos da hierarquia urbano-regional (Gráfico 1). Observa-se, ademais, a estrutura interna de produção entre as Metrôpoles, para o ano de 2020, em que 58% de seu valor adicionado bruto é gerado pelo setor de Serviços, seguido da indústria (24,5%) e da Administração Pública (17%). Já a agropecuária respondia por apenas 0,5% da atividade econômica das Metrôpoles.

Quanto às Capitais Regionais, sua atividade econômica correspondia a 56,2% do VAB pelo setor terciário, no ano de 2020. Ao descer a hierarquia urbana, diminui-se a participação dos Serviços no total do VAB dessas cidades, elevando-se a contribuição da APU. Nesse ano, a produção industrial dos Centros Sub-regionais representava 19,4% da sua atividade econômica e a produção agropecuária representava 8,8%. Já entre os Centros de Zona, essas cifras eram de 22,6% e 11,5%, respectivamente.

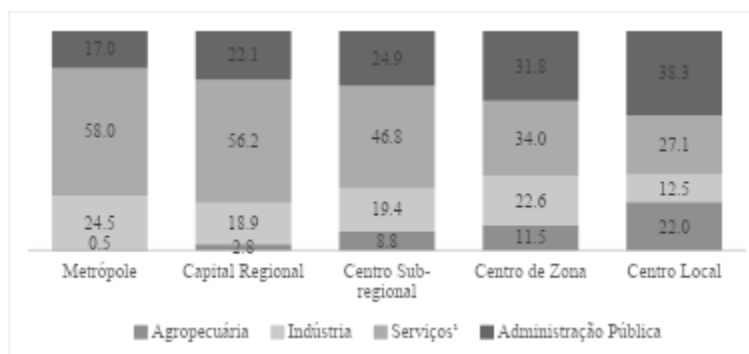


Gráfico 1

Distribuição do valor adicionado bruto do Nordeste, segundo a hierarquia das cidades, 2020
IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios. ¹ Exclui-se a Administração Pública

Tais dados correspondem à estrutura teórica^[2] esperada da rede urbana em que, por um lado, as principais cidades da região concentram as atividades econômicas tipicamente urbanas, como são os casos da Indústria e dos Serviços. Isto é, as Metrópoles concentram a maior parte dessas atividades e sua participação no total regional vai decaindo à medida que se desce na hierarquia urbano-regional. A diferença do setor industrial entre as Capitais Regionais e os dois níveis inferiores deve-se à quantidade de municípios existentes em cada um desses grupos. Por outro lado, quando se considera a Agropecuária e a APU, a relação se inverte, com os Centros Locais representando a maior parte dessas atividades e a participação se reduzindo à medida que se eleva na hierarquia das cidades do Nordeste.

Vale observar, no entanto, o que ocorreu com a distribuição das atividades internas à cada nível hierárquico, no período analisado. A Tabela 2 apresenta a variação em pontos percentuais de cada atividade econômica no total das atividades de cada grupo de cidades. Houve, portanto, um crescimento caracterizado pela expansão urbana e do setor terciário – ou seja, somente os Serviços tiveram ganho de participação entre 2002 e 2020 em todos os grupos –, o que resulta da diversificação do consumo e do padrão de renda regionais, que condicionou a estrutura econômica dessas cidades no período.

Tabela 2

Variação da participação dos setores de atividade econômica, em pontos percentuais (p.p.), segundo os níveis da hierarquia urbano-regional do Nordeste (2002-2020)

Setor	Metrópole	Capital Regional	Centro Sub-regional	Centro de Zona	Centro Local
Agropecuária	-0,1	-0,6	-2,1	-7,7	-3,4
Indústria	-3,5	-6,4	-4,1	4,1	-2,7
Serviços ¹	0,9	4,2	5,7	4,3	4,8
Administração Pública	2,7	2,8	0,5	-0,8	1,3

IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios, ano de referência 2010, 2010-2020. ¹ Exclusive a Administração Pública. Nota: a soma de cada coluna corresponde a zero, de modo que indica os setores ganhadores e perdedores no total do VAB de cada grupo de cidades.

Fonte: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios, ano de referência 2010, 2010-2020. ¹ Exclusive a Administração Pública. Nota: a soma de cada coluna corresponde a **zero**, de modo que indica os setores ganhadores e perdedores no total do VAB de cada grupo de cidades.

Por sua vez, a Agropecuária e a Indústria reduziram participação no VAB de todos os níveis hierárquicos, à exceção da Indústria nos Centros de Zona que teve aumento interno de 4,1 p.p., entre os anos de 2002 e 2020. Os casos mais significativos foram a redução de -7,7

p.p. da Agropecuária no VAB total dos Centros de Zona, apesar da importância deste setor naqueles municípios; a perda de -6,4 p.p. na Indústria das Capitais Regionais e de -4,1 p.p. entre os Centros Sub-regionais, no mesmo período.

A seu turno, os Serviços e a APU registraram crescimento relativo no total das atividades econômicas dos centros urbanos do Nordeste em todos os níveis hierárquicos, exceção da APU entre os Centros de Zona. Isso reforça a ideia de um maior crescimento urbano estimulado pelo consumo e pela renda. Entre os anos de 2002 e 2020, os Serviços apresentaram o maior ganho de participação relativa junto aos Centros Sub-regionais (+5,7 p.p.), Centros Locais (+4,8 p.p.) e Capitais Regionais (+4,2 p.p.). Quanto à APU, os ganhos relevantes foram verificados nos casos das Metrôpoles e das Capitais Regionais, que ampliaram a participação deste setor em suas atividades.

Na Figura 2 verifica-se o nível de atividade econômica dos municípios do Nordeste, medido pelo PIB *per capita*, para o ano de 2020. Nesse ano, o PIB *per capita* do Brasil foi de R\$ 35,9 mil, em valores correntes, enquanto a média da rede urbana do Nordeste foi de R\$ 13,9 mil, ou seja, pouco mais de um terço do valor nacional. Os dados também indicam que 96,8% dos municípios do Nordeste estão situados abaixo do PIB *per capita* brasileiro, isto é, apenas 58 lugares investigados apresentaram este índice acima da média nacional.

Esse desempenho é explicado pela quantidade de municípios nordestinos com atividade econômica inferior a um PIB *per capita* de R\$ 20 mil. Entre os 1.815 municípios analisados, 90,2% estão situados nessa faixa, dos quais 777 municípios têm um fluxo de bens finais produzidos anualmente inferior a R\$ 10 mil por pessoa. Cabe observar que todos os municípios com produto *per capita* inferior a R\$ 10 mil tinham a Administração Pública como principal atividade econômica (Figura 3). O Estado do Maranhão concentrava a maior proporção de municípios nessa faixa.

Na faixa seguinte, com PIB *per capita* entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil, estão os pequenos municípios predominantemente situados na faixa litorânea do Nordeste ou próximos a áreas do interior com maior nível de atividade econômica, revelando aproveitarem de alguma dinâmica oriunda dessas áreas. Aqui, quase sempre são localidades que têm a APU como principal atividade econômica, seguida dos *demais serviços*, isto é, relacionadas com atividades que apenas acompanham o ritmo de crescimento dessas localidades, sem fornecerem maior dinamismo.

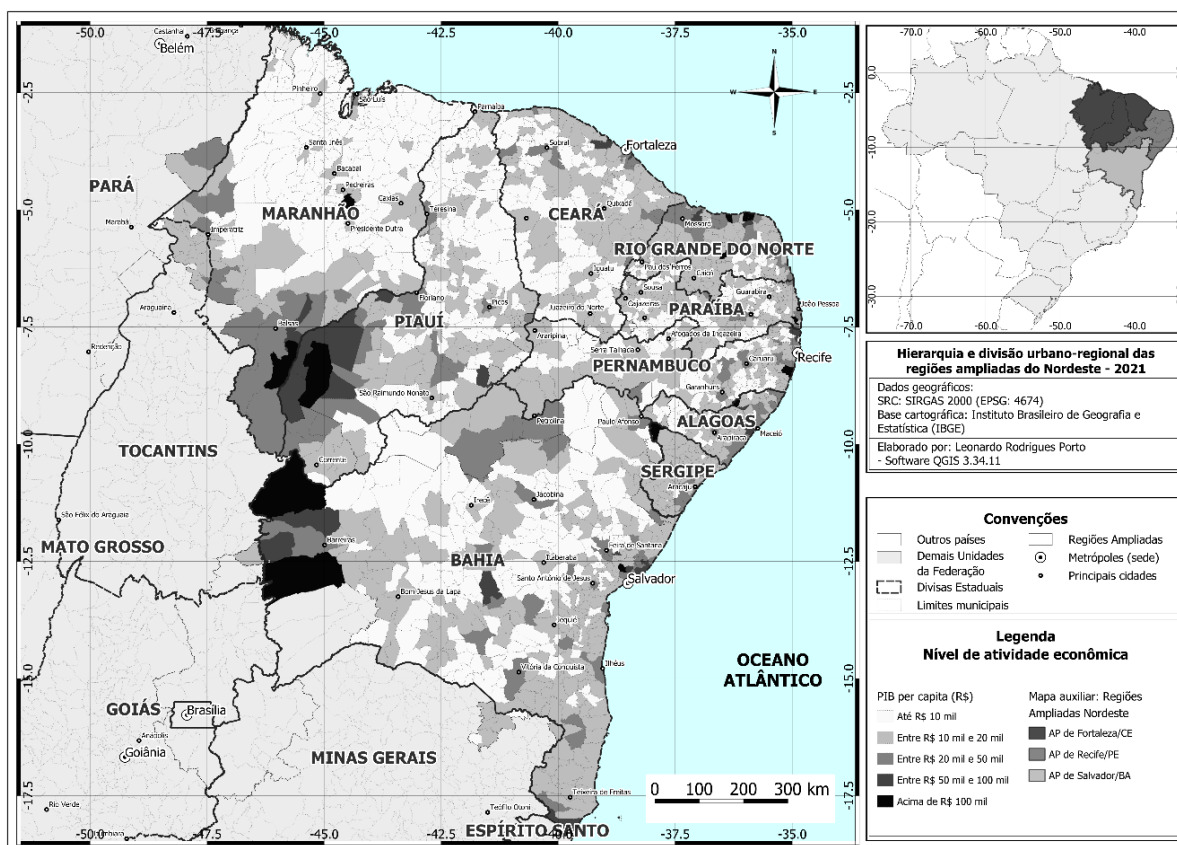


Figura 2

Produto Interno Bruto per capita dos municípios pertencentes à rede urbana do Nordeste, 2020
 IBGE, Malhas digitais 2015; REGIC, 2018; Divisão Urbano-Regional, 2021; Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010-2020.

Nas demais faixas, restaram apenas 177 municípios cujos níveis de atividade econômica refletem as posições que ocupam na hierarquia urbano-regional ou estão associadas a áreas de expansão do agronegócio. Nesse último caso, a Figura 2 retrata bem os maiores índices de produção per capita nas áreas do cerrado nordestino, produtora de grãos para exportação, com uma mancha de valores mais elevados, que passa pelo oeste do estado da Bahia, sudoeste do Piauí e a porção sul do Maranhão. Nessas faixas superiores, o conjunto mais numeroso é o grupo que está entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil, com 141 municípios vinculados à dinâmica das principais aglomerações urbanas – p. ex. os municípios das Metrôpoles e/ou das Capitais Regionais – ou associados às áreas de produção agropecuária.

No grupo seguinte, estão 22 municípios com PIB *per capita* situado entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil, nos quais já começa a aparecer maior diversidade no tipo de atividade econômica. Nesse grupo, 5 municípios têm os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) como a principal atividade econômica, tais os casos de São Gonçalo

do Amarante, no estado do Ceará, Lagoa do Barro do Piauí e Guadalupe, ambos no estado do Piauí, e Parazinho e Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte. Ainda aparecem outros sete municípios que têm como principal atividade econômica a indústria de transformação, no ano de 2020. São os casos de Goiana e Itapissuma, no estado de Pernambuco, Camaçari, Candeias, Conceição do Jacuípe e Mucuri, no estado da Bahia, e Marechal Deodoro, no estado de Alagoas.

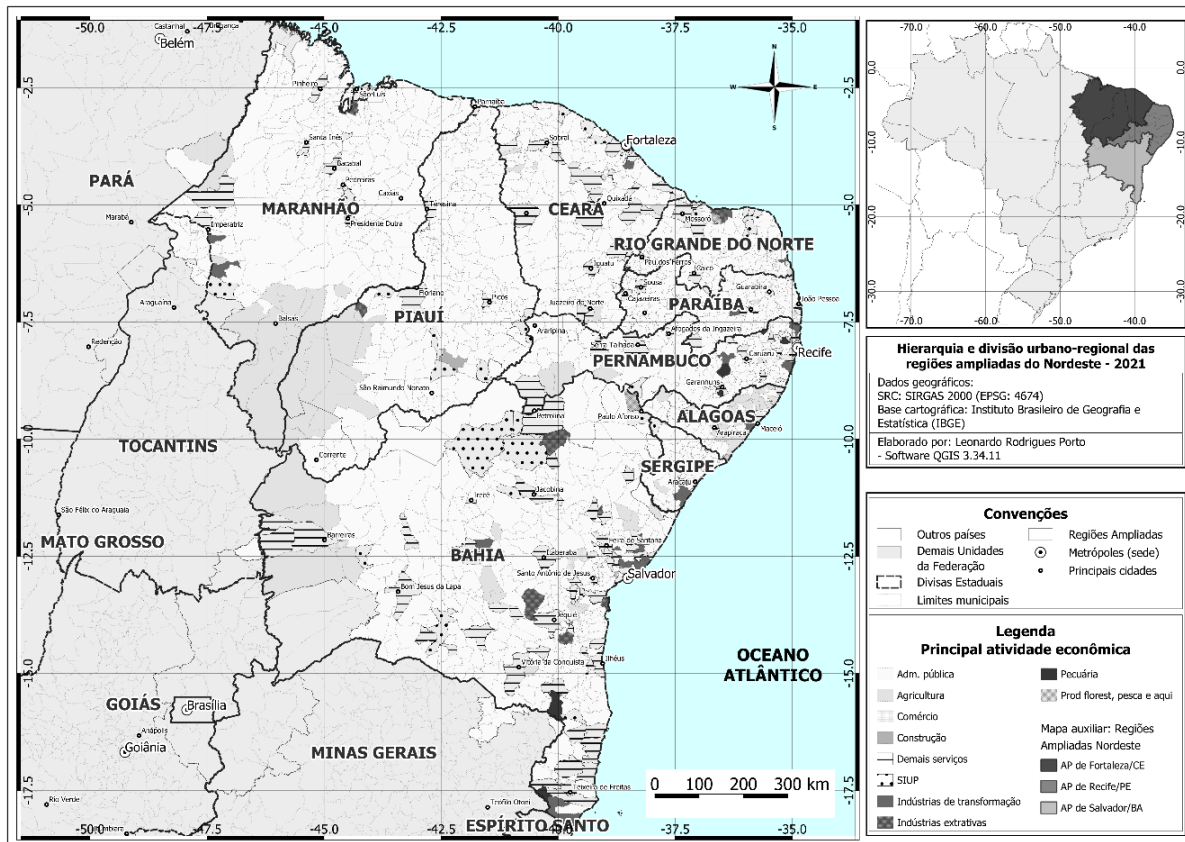


Figura 3

Principal atividade econômica dos municípios pertencentes à rede urbana do Nordeste, 2020
 IBGE, Malhas digitais 2015; REGIC, 2018; Divisão Urbano-Regional, 2021; Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010-2020.

Por fim, são apenas 14 municípios com PIB *per capita* superior a R\$ 100 mil em toda rede urbana do Nordeste, cujos perfis econômicos são bastante diferenciados e, portanto, têm pouca relação com a base econômica de seus entornos. Em primeiro lugar, está o município de São Francisco do Conde, na Bahia, pertencente a aglomeração urbana que constitui a Metrópole de Salvador, cuja principal atividade é a indústria de transformação e desempenho decorre da presença da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (RLAM). No ano de 2020, seu PIB *per capita* foi de R\$ 296,4 mil, entre os maiores do país.

Em seguida, aparece o pequeno município de Tasso Fragoso, situado na área de cerrado, no estado do Maranhão, com PIB *per capita* de R\$ 260 mil, em 2020, cuja dinâmica é vinculada às atividades agropecuárias. Santo Antônio dos Lopes, também no Maranhão, aparece logo depois com cifra de R\$ 164,6 mil, tendo seu alto desempenho derivado das recentes explorações de gás natural e da presença do Complexo Termelétrico de Parnaíba.

Verifica-se, ainda, que 82,8% dos municípios nordestinos têm os serviços de *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* (APU) como a sua principal atividade econômica. Ao considerar que o Nordeste é a única região cuja contribuição da APU ao total do VAB é menos do que proporcional ao tamanho de suas populações e que o conjunto desses municípios têm na APU a sua principal forma de geração de valor adicionado, o resultado é um PIB *per capita* muito reduzido, como visto na Figura 2. Esse dado demonstra o baixo nível de atividade em boa parte dos 1.502 municípios que se apresentam com essa característica no Nordeste.

Não obstante, esse desempenho não significa que o Estado tenha uma importância exagerada nessas localidades, mas que há um elevado grau de concentração espacial da atividade econômica na região. Isto é, se, por um lado, há uma baixa densidade econômica em grandes porções do território nordestino, independentemente de estar se referindo às porções do semiárido, da Amazônia, do cerrado, do agreste ou do litoral da região, por outro lado, o conjunto das atividades restantes distribui-se – ou está concentrado – em conformidade com a estruturação da rede urbana regional.

Esses dados apenas evidenciam que essa rede de cidades também se reflete na forma como a economia se distribui pelo espaço regional. Com efeito, é possível visualizar, no cerrado nordestino, cidades como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, que atuam com a oferta dos *Demais Serviços* em suas respectivas áreas de influência, onde predominam municípios que têm a Agropecuária como principal atividade econômica, decorrente da produção de grãos para exportação. A outra área no Nordeste com municípios que têm predomínio da produção Agropecuária está no estado de Alagoas, na *zona da mata*, ligada à produção da cana-de-açúcar, e tendo o Arranjo Populacional (AP) de Maceió onde os *Demais Serviços* e a *Indústria de transformação* são as atividades principais, inclusive o município de Marechal Deodoro.

Por fim, destacam-se cidades como Vitória da Conquista, na Bahia, Caruaru, em Pernambuco, Campina Grande, na Paraíba e o AP Juazeiro do Norte-Crato-Barbalho, no Ceará, cuja atividade principal são os *Demais Serviços*, mas com entornos dominados pela APU. Nas três Metrópoles nordestinas, por outro lado, os *Demais Serviços* aparecem como a atividade principal em todo o seu entorno, embora

possuam os municípios da aglomeração ou próximos onde predomina a *Indústria de transformação*. Tais são os casos de Horizonte, no Ceará, próximo à Metrópole de Fortaleza, Goiana e Ipojuca, em Pernambuco, no contexto da Metrópole de Recife, além de São Francisco do Conde, Candeias, Dias D'ávila e Camaçari, na Bahia, nas proximidades da Metrópole de Salvador.

No ano de 2020, são apenas 24 municípios, em toda a área analisada da rede urbana do Nordeste, que têm a *Indústria de transformação* como atividade econômica principal, dos quais, a maioria está associada às grandes aglomerações urbanas da região – sendo um terço localizado junto às Metrópoles.

4. A importância das escalas de análise na economia urbana do Nordeste brasileiro

Pode-se depreender dos dados sobre a hierarquia urbano-regional da seção anterior que o desempenho do setor de Serviços na região Nordeste indica que houve uma expansão regional do consumo, influenciado por um padrão de crescimento via inclusão social e consumo de massa, ou melhor, baseado na elevação da renda monetária (Araújo, 2014; Silva Filho *et al.*, 2020). Quando se observa essa característica associada ao padrão de crescimento verificado nas últimas décadas, assume-se que o perfil socioeconômico da região teve como elemento predominante a expansão do consumo, sobretudo, nos primeiros anos do século XXI. Uma vez que este modelo se esgotou (Rossi *et al.*, 2020), o objetivo desta seção é discutir a real capacidade dos Serviços de atender às necessidades da população nordestina e de absorver a sua mão de obra.

Destaque-se, de início, dois aspectos sobre os efeitos do desempenho das atividades de Serviços na estrutura econômica do Nordeste. O primeiro é que a performance das atividades de comércio e da APU na região constitui um componente importante da expansão urbana regional (Bezerra, 2020), e isso também vale para o fato de a região ter mantido o tamanho relativo da sua indústria (Pereira Sampaio, 2024; Ribeiro *et al.*, 2021). O segundo aspecto diz respeito a uma maior diversificação dos padrões de consumo e da renda regionais do que da sua estrutura produtiva (Oliveira *et al.*, 2020), neste início de século, o que condiciona o primeiro aspecto.

É com base em tal desempenho que se vai chamar a atenção para uma possível fragilidade da rede de cidades do Nordeste, em decorrência da forma como elas se posicionam nesta rede. Na sua porção semiárida, por exemplo, manifestam-se as relações que se estabelecem entre o setor público e a dinâmica urbano-regional. Ali, as chamadas “cidades médias” se destacam pela oferta de serviços, que têm certa importância e exercem preponderância sobre o entorno

(Bezerra, 2020). Contudo, vistas de maneira isolada, não é possível perceber a posição dessas cidades em relação às suas áreas de influência e na sua contribuição efetiva para o desenvolvimento urbano-regional (Porto, 2022).

Ao ampliar a escala da análise para toda a rede urbana nordestina, busca-se identificar quais são os componentes que afetam a dinâmica urbano-regional nos diferentes subespaços do Nordeste, configurando as áreas de influência das cidades. Esses componentes não se limitam à participação do setor público, dado que existem áreas que são dinamizadas por outras atividades, conforme demonstrado na seção anterior. Logo, essa proposta analítica adicional visa identificar que existem diferentes temporalidades em cada um desses subespaços, razão pela qual Araújo (2000) apontou a existência de vários “nordestes” e que Porto e Miranda-Nascimento (2025) chamam de “vários urbanos”.

Pelo exposto, a forma como a atividade econômica está espacialmente distribuída pela região Nordeste é um componente relevante de sua dinâmica urbano-regional. Dessa maneira, o ritmo e o sentido do processo de urbanização da região colocam-se como aspectos centrais do que ocorreu ali nas últimas décadas. Assim, é importante considerar a estruturação dessa rede de cidades pela maneira na qual estão dispostas as atividades do setor terciário pelo território nordestino, constituindo suas centralidades.

Nesse período recente, há que se considerar um conjunto de perguntas que qualifiquem essa discussão, ou seja: com a expansão dos serviços e o aumento de determinados equipamentos terciários, os fluxos internos se ampliaram? Em alguma medida, as cidades de porte médio passaram a ter maior destaque na rede urbana nordestina? O que isso significou em termos da integração do território nacional ou regional?

Pode-se afirmar que os níveis de atividade econômica e sua distribuição indicam o papel das atividades urbanas – sobretudo, o setor terciário – na maior parte do território regional. Com efeito, reitera-se que houve maior diversificação dos padrões de consumo e da renda regionais do que o da sua estrutura produtiva, o que condicionou o processo de urbanização. Monteiro Neto *et al.* (2017) já haviam sugerido que os efeitos esperados da recente expansão do consumo nas regiões periféricas do país não levaram a um aumento dos fluxos de capital produtivo, o que reforça a tendência de maior terciarização.

Um dos possíveis corolários que reforçam essa tendência é o vazamento de renda desses locais em direção aos centros urbanos de posição mais elevada na hierarquia urbana ou, ainda, para o exterior (Alves, 2017). Cano (2011a) já havia apontado para o papel que a urbanização exerceu no século XX como vetor de crescimento

econômico e o que isso significaria quando as taxas de crescimento urbano comessem a se reduzir, como tem ocorrido. No atual contexto, com as mudanças pelas quais passaram a economia brasileira e as regionais pós 2014-2015 – agravando o quadro de baixo crescimento verificado desde os anos 1980 –, certas áreas do Nordeste, que passaram a conter alguns fluxos de riqueza nos primeiros anos do século XXI, podem facilmente retroagir aos velhos fluxos de pobreza, condenando-as à eterna dependência das capitais estaduais (Porto, 2022).

Aprofundando essa discussão, afirma-se que duas escalas espaciais são importantes para complementar a compreensão dessas relações, são elas: a escala das próprias cidades – sobretudo as pequenas e de porte médio, que desempenham funções de intermediação – e a escala das redes de cidades de que fazem parte. Com isso, reúnem-se condições de retomar e requalificar a hipótese fornecida por Porto e Miranda (2019) sobre a dispersão dos núcleos urbanos pelo interior do Nordeste e a dimensão do espaço urbano-regional dentro da análise da estrutura produtiva e da renda regionais. Segundo esses autores:

Tais núcleos funcionaram mais como nós logísticos de deslocamento de produção (do campo para a cidade, por exemplo) e de mão de obra (êxodo) do que de bens e serviços privados ou públicos para a satisfação de necessidades nesses espaços. Isto, mesmo onde as relações pré-capitalistas (relações mercantis) encontravam-se num estágio de desenvolvimento favorável. Nesses espaços, não foi possível aos núcleos urbanos de menor porte avançar num nível de divisão do trabalho que permitisse um maior adensamento, diversificação e complexidade da rede urbana e isso acabou refletindo numa maior verticalização da rede, com núcleos de médio porte tornando-se quantitativa e qualitativamente pouco expressivos (Porto & Miranda, 2019, p. 11).

Embora manifestem-se o caráter vertical de suas redes de cidades e as funções de “nós logísticos” no Nordeste, diferente do que os autores sugeriram, é possível afirmar que há uma vitalidade histórica de algumas aglomerações urbanas de importância secular, as quais mantêm antigas características da divisão do trabalho, mas com capacidades de absorver as novas. Cidades de mais baixa posição na hierarquia urbana, como os Centros Sub-regionais do Nordeste, são capazes de dividir funções com as de níveis superiores da hierarquia urbana, contribuindo para a articulação do espaço e para a dinâmica urbano-regional. Elas permitem, por exemplo, que se faça a “triagem” do fator trabalho e a redistribuição de empregos e de serviços – como o comércio e a administração pública.

No passado, tais cidades eram reconhecidas por funções bem delimitadas, como as antigas funções comerciais, cujas relações mercantis associadas à estrutura da propriedade têm permanências

que não são desprezíveis. Desse modo, suas atuais características (multi)funcionais permitem discutir o papel dessas áreas tradicionais para a dinâmica das áreas ditas “modernas” ou em expansão, configurando a heterogeneidade espacial nordestina (Guimarães Neto, 1997). Essas áreas estão, de fato, fragmentadas ou manifestam articulações, ainda que precárias, decorrentes dos papéis que desempenham?

Entre os papéis de articulação que essas cidades costumam desempenhar, estão os de concentrar e comandar áreas que são, ao mesmo tempo, mercados consumidores relevantes, fornecedores de mão de obra e reguladoras das taxas de salários. Nesse caso, elas seriam apenas funcionais a um “modo de acumulação urbana”, na perspectiva de Oliveira (2003), pois contribuem para o rebaixamento da renda média e da produtividade do trabalho. Mas, elas também são funcionais à organização do território e ao fornecimento de serviços modernos de diferentes naturezas, que configuram a sua dinâmica urbano-regional.

Conclusões

No intuito de ampliar a compreensão sobre os condicionantes internos da dinâmica urbano-regional brasileira, este artigo visou analisar a distribuição da atividade econômica segundo a rede de cidades da região Nordeste. O período da investigação esteve compreendido entre os anos de 2002 e 2020, em que pôde-se apresentar uma visão analítica da região e de suas relações espaciais internas com base na configuração atual da rede urbana. Nesse sentido, assumiu-se, por um lado, que a dinâmica econômica regional guarda profundas relações com o movimento mais geral das transformações econômicas em diferentes níveis de determinação e, por outro, que seus efeitos se manifestam sobre distintas escalas espaciais com diferentes rebatimentos pelo território.

Para lidar com esse objetivo, fez-se a análise descritiva dos dados sobre o Produto Interno Bruto dos Municípios, com as informações organizadas de acordo com a configuração da atual rede urbana do Nordeste. Isto é, tomou-se a classificação hierárquica das cidades que estão sob a área de influência das metrópoles de Fortaleza, Recife e Salvador para agrupar estas cidades e definir os recortes espaciais da área investigada. Cada uma dessas metrópoles articula uma região ampliada, de grande extensão, comandando um conjunto regional de cidades de diferentes portes, hierarquias e funções. Diante disso, pode-se distinguir as características socioeconômicas dos espaços sub-regionais do Nordeste, que conformam múltiplas dinâmicas urbano-regionais.

De acordo com a análise empreendida, destaca-se o aumento da relevância das atividades urbanas na maior parte do território regional, em que pese as áreas que são mais dinamizadas pela agropecuária, pela indústria extrativa e/ou com a presença dos serviços industriais de utilidade pública. Contudo, pode-se afirmar que houve maior diversificação dos padrões de consumo e da renda regionais do que o da sua estrutura produtiva, neste início de século, o que condiciona um padrão específico de urbanização. Dito de outro modo, os efeitos esperados da expansão do consumo no Nordeste não levaram a um aumento correspondente dos fluxos de capital produtivo.

A tese da maior fragilidade da rede de cidades do Nordeste não deve se ater apenas aos níveis de maior determinação, através do movimento geral da economia, mas considerar os diferentes rebatimentos pelo território oriundos de distintas escalas espaciais. Nesse sentido, pode ocorrer o vazamento de rendas, ou ainda, o redirecionamento dos fluxos socioeconômicos para fora da região, fator que reforça a tese da fragilização. Ou seja, os fluxos se dirigiriam aos centros urbanos de maior hierarquia externos àquela região, estejam dentro ou fora do país (fluxos internacionais).

Finalmente, pode-se dizer que a urbanização do Nordeste se mostra um vetor de crescimento econômico com menor capacidade de dinamização do que já foi no passado, o que desafia a pensar uma estruturação da rede urbana e em níveis de articulação entre as cidades pelo território regional, para que a política pública se converta num instrumento efetivo para seu fortalecimento ao buscar, se não reverter, interromper sua contínua fragilização.

Referencias bibliográficas

- Alves, A. M. (2017). *Políticas de desenvolvimento regional e rede de cidades no semiárido: Concentração, polarização e fragmentação* [Tese (doutorado)]. Universidade de Brasília.
- Araújo, T. B. de. (2000). Nordeste, nordestes: Que Nordeste? Em T. B. de Araújo (Org.), *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências*. Revan Fase.
- Araújo, T. B. de. (2014). Nordeste: Desenvolvimento recente e perspectivas. Em P. F. Guimarães, R. A. Aguiar, H. M. M. Lastres, & M. M. Silva (Orgs.), *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste* (p. 572). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2801>
- Bezerra, J. A. (2020). Rede urbana interiorizada: Novas conformações do território no Nordeste brasileiro. *Sociedade & Natureza*, 32, 392–403. <https://doi.org/10.14393/SN-v32-2020-43437>
- Cano, W. (2011a). *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*. Editora da Unicamp.
- Cano, W. (2011b). Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 13(2), 27. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p27>
- Fiori, J. L. (2020). Estado e desenvolvimento na América Latina. *Revista de Economia Contemporânea*, 24(1), e202416. <https://doi.org/10.1590/198055272416>
- Guimarães Neto, L. (1997). Trajetória econômica de uma região periférica. *Estudos Avançados*, 11(29), 37–54. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100003>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Regiões de Influência das Cidades—2018*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Divisão urbano-regional do Brasil* (Vol. 2). IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101862>
- Macedo, F. C. (2023). *Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI*. EDUEPB.
- Miranda, H., & Gomes Júnior, E. (2017). Urbanização reflexa: A emergência de arranjos urbanos intermediários no Brasil pós-1990. *EURE*

- (Santiago), 43(130), 207–234. <http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71612017000300207>
- Monteiro Neto, A., Castro, C. N., & Brandão, C. A. (2017). Desenvolvimento regional brasileiro: Dilemas e perspectivas neste início de século XXI. Em A. Monteiro Neto, C. N. Castro, & C. A. Brandão (Orgs.), *Desenvolvimento regional no Brasil: Políticas, estratégias e perspectivas*. IPEA.
- Moura, R. (2016). *Arranjos urbano-regionais no Brasil: Uma análise com foco em Curitiba*. Letra Capital.
- Oliveira, F. de. (2003). *Crítica à razão dualista*. Boitempo.
- Oliveira, F. C., Machado, D. C., & Mattos, F. A. M. (2020). Dinâmica econômica e heterogeneidade estrutural na região Nordeste do Brasil entre 2003 e 2015. *Revista Econômica do Nordeste*, 51(4), 31–46. <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1020>
- Pereira Sampaio, D. (2024). Desindustrialização relativa regional no Brasil (2000-2015). *Geosul*, 39(89), 68–94. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2024.e85546>
- Porto, L. (2022). *Vitória da Conquista e sua região: urbanização e dinâmica econômica no interior do Estado da Bahia (1840-2010)*. Edições Uesb.
- Porto, L., & Miranda-Nascimento, H. (2025). Los “diversos urbanos”: Un análisis de las transformaciones recientes en la jerarquía urbano-regional del Noreste brasileño. *EURE*, 51(152), 1–20. <https://doi.org/10.7764/EURE.51.152.01>
- Porto, L. R., & Miranda, H. (2019). Novo padrão de crescimento e a hierarquia urbano-regional do Nordeste, Brasil, pós 1990. *Anais XVIII ENANPUR 2019*, 1–26. <https://xviiiennanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=358>
- Ribeiro, C. G., Cardozo, S. A., & Martins, H. (2021). Dinâmica regional da indústria de transformação no Brasil (2000-2017). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202120>
- Rossi, P., Mello, G., & Bastos, P. P. Z. (2020). The Growth Model of the PT Governments: A Furtadian View of the Limits of Recent Brazilian Development. *Latin American Perspectives*, 47(1), 100–114. <https://doi.org/10.1177/0094582X19891700>
- Santos, M. (1981). *Manual de geografia urbana*. Hucitec.
- Schweitzer, M., & Petrocelli, S. P. (2023). Problema de los datos para un análisis urbano-regional a escala nacional en Argentina. *Pampa*, 28, e0070. <https://doi.org/10.14409/pampa.2023.28.e0070>

- Silva Filho, L. A., Clementino, M. do L. M., Lucena, R. M., & Miyamoto, B. C. B. (2020). Concentração do desenvolvimento socioeconômico regional: O Nordeste em retalhos—2000/2010. *Revista Econômica do Nordeste*, 51(4), 85–100. <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1075>
- Svampa, M. (2022). Dilemas de la transición ecosocial desde América Latina. *Documentos de Trabajo (Oxfam Intermón), Especial*, 1–34. www.maristellasvampa.net

Notas

- [1] Esta porção do território nordestino é composta por 9 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e contém 1.477 municípios com baixos e irregulares índices pluviométricos, entre outras características. Esta região está sujeita a processos intensos de seca, degradação e desertificação, o que acaba expulsando populações de suas áreas rurais e das pequenas cidades. Ver informação completa no site do IBGE (<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?edicao=37393&t=sobre>).
- [2] Com exceção da indústria extrativa, cuja localização depende da base de recursos naturais, e da APU que, embora faça parte do setor terciário, distribui-se de acordo com o tamanho relativo da população.

* Contribución de autoría (CRediT)

Leonardo Rodrigues Porto: conceptualización, curación de datos, análisis formal, metodología, administración del proyecto, supervisión, validación, visualización, redacción borrador-original, redacción-revisión y edición.

Humberto Miranda: conceptualización, análisis formal, metodología, supervisión, visualización, redacción-revisión y edición.

Aprobado por María Valentina Locher (Directora editorial)

AmeliCA

Disponible en:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/583/5835373006/5835373006.pdf>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en portal.amelica.org

AmeliCA

Ciencia Abierta para el Bien Común

Leonardo Rodrigues Porto, Humberto Miranda
Dinâmica, diversidade e fragilidade na rede urbana da Região
Nordeste, Brasil
*Dynamics, diversity and fragility in the urban network of the
Northeast Region, Brazil*

Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales
núm. 31, e0097, 2025
Universidad Nacional del Litoral, Argentina
revistapampa@unl.edu.ar

ISSN: 1669-3299

ISSN-E: 2314-0208

DOI: <https://doi.org/10.14409/pampa.2025.31.e0097>



CC BY-NC-ND 4.0 LEGAL CODE

Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar 4.0 Internacional.